



CPC fiscaliza aplicação de recomendações

► PRIVATIZAÇÕES

O CONSELHO de Prevenção da Corrupção (CPC), integrado no Tribunal de Contas (TC), decidiu ontem fiscalizar a “efetiva aplicação” da última recomendação sobre prevenção de riscos de corrupção nos processos de privatização em Portugal.

Uma nota do TC refere que, através de contactos e reuniões com as entidades envolvidas, o CPC acompanhará a “efetiva aplicação” da sua recomendação de 14 de setembro de 2011 sobre prevenção de riscos de corrupção nos processos de privatizações.

O CPC decidiu ainda, numa reunião ontem efetuada em Lisboa, preparar um conjunto de documentos

sobre formação cívica nas escolas na área da prevenção da corrupção, que irá remeter ao Ministério da Educação.

Em dezembro passado, o presidente do TC, que preside por inerência ao CPC, Guilherme de Oliveira Martins, garantiu que este organismo ia acompanhar de perto o processo de privatizações, seja com visitas ou contactos com as entidades responsáveis, justificando que a atual situação de crise exige um “acompanhamento rigoroso”. “É indispensável que haja uma prevenção de riscos da corrupção e infrações conexas às privatizações e iremos fazer um acompanhamento escrupuloso e sistemático deste processo, como aliás resulta da lei”, adiantou.